
FOCUS

Eugenia Allier Montano & Emilio Crenzel (eds.) (2016)

Las luchas por la memoria en América Latina.

Historia reciente y violencia política.

Madrid: Ibero Americana Vervuert, 427 páginas.

Reseñado por Leonardo Pascuti

Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt

As diferentes iniciativas de cada Estado na tramitação de seu passado violento recente, as peculiaridades históricas e suas inúmeras abordagens acadêmicas e intelectuais e a diversidade de atores envolvidos nas lutas pela memória mostram a importância da experiência latino-americana para os chamados Memory Studies. Esse conjunto de características é o ponto comum entre os artigos presentes nessa compilação interdisciplinar. Trata-se, portanto, de um livro valioso para especialistas em história contemporânea latino-americana, assim como uma importante leitura para universitários interessados na temática.

Coordenado pela historiadora Eugenia Allier Montano e pelo cientista social Emilio Crenzel, “Las luchas por la memoria en America Latina. História reciente y violencia politica” é resultado do congresso internacional “Memória, história e violência na América Latina”, realizado em 2011 e organizado pelo projeto de pesquisa “Memorias públicas del movimiento estudiantil de 1968” da Universidade Nacional Autónoma do

México. Cabe ressaltar que essa é a segunda edição em espanhol e que a compilação também possui tradução em língua inglesa.

O trabalho é bastante denso e está composto por introdução, três partes temáticas e uma breve biografia dos autores. Doze contribuições individuais e coletivas somam o esforço de dezessete historiadores, sociólogos, cientistas políticos e especialista na região. Além de engajados na contextualização de períodos históricos de distintos países latino americanos e sua vasta historiografia, esses profissionais pretendem uma reconstrução da trajetória memorialística de passados violentos recentes e ainda muito latentes no presente.

A título introdutório, os organizadores apresentam o objetivo do projeto e resumem brevemente as contribuições presentes na publicação, além de localizar o leitor nas suas fronteiras teóricas e metodológicas: uma compilação que se inscreve no campo da história da memória e que retoma a memória

vinculada ao espaço público e sua relação com a história do tempo presente (14). Se, por um lado, a forma transdisciplinar de interpelar a complexidade do assunto é audaciosa, por outro é também ao mesmo tempo passível de críticas de uma tradição historiográfica latino americana que privilegia os acontecimentos políticos de longa data. Apesar de retomar discussões importantes como as fronteiras entre memória e história, o papel transnacional e unificador dos grupos defensores dos direitos humanos e a transmissão da memória e da história através da mudança de gerações, a introdução carece de uma explicação mais aprofundada ou, pelo menos, mais unificadora sobre o conceito de violência política, o que poderia explicar a ausência de textos relativos aos casos de Venezuela, Bolívia e Equador, entre outros.

A primeira parte, "Ditaduras e regimes militares", conta com cinco artigos relativos à Argentina, Uruguai, Chile, Brasil e Paraguai. As chamadas ditaduras do Cone Sul possuíam não apenas estratégias comuns de repressão civil como o uso de tortura e os desaparecimentos forçados, mas dentro de seu marco de construção de memória, compartilharam de inúmeras similaridades que ofereceram base exemplar para a construção de outras memórias do continente. O papel dos partidos políticos; as iniciativas da Igreja Católica e de grupos da sociedade civil que serviram como forma de denúncia contra os regimes autoritários paralelamente ao restabelecimento da democracia; as Comissões da Verdade de caráter punitivo e/ou esclarecedor; assim como

o multifacetado projeto "Nunca mais" são pontos comuns entre os artigos desta seção, que apontam para continuidades e rompimentos na cultura memorialística desses países. Neste bloco, o artigo de Claudio Javier Barrientos (95) representa um caso particular: o autor aborda o período que se estende dos antecedentes do golpe militar à redemocratização no Chile e desenvolve uma narrativa historiográfica onde a compreensão do passado histórico, a discussão historiográfica e a análise de tramitação do passado violento estão incluídos numa só análise histórica, o que dificulta enxergar as fronteiras entre os estudos da memória e a própria disciplina de História.

Intitulada "Guerras e regimes autoritários", a segunda parte está composta por cinco contribuições que abordam o tema respectivo em México, Peru, Colômbia, El Salvador e Guatemala. Neste segundo conjunto, a pesquisa histórica reconstrói as representações de passados relativos a eventos formadores de identidade política, integra mais profundamente a questão geográfica e analisa a memória de conflitos armados internos de longa duração e ainda presentes, como no caso colombiano. Nesta seção a diversidade de problemáticas relativas à memória aparece de forma mais acentuada: no caso mexicano, o massacre de estudantes em 1968 e as lutas políticas que formaram a sua consciência histórica através de mudanças de governo, reconhecimento e datas comemorativas; no caso colombiano o estudo comparativo de três comissões pacificadoras, suas negociações, acordos

e normatizações do passado; em El Salvador, o esquecimento e o silêncio com as vítimas; enquanto que nos casos de Peru e Guatemala a questão racial e étnica é considerada com rigor, para o levantamento das estruturas e atores responsáveis pelas lutas ao redor de uma narrativa hegemônica do passado.

Finalmente, na terceira parte, dois trabalhos sobre Estados Unidos e Argentina fecham a compilação de artigos. Especialista na região sul americana, Benedetta Calandra põe em cena as políticas estadunidenses, que concernem à abertura e digitalização de arquivos confidenciais relativos à presença ideológica deste país no passado ditatorial latino-americano. Trabalhando de forma transnacional, a autora chama atenção para uma nova proposta investigativa, através destes documentos e seu potencial produtivo para novas compreensões das relações interamericanas. Em contrapartida o segundo e último texto, escrito por Marina Franco, aborda as relações entre memória pública, agenda política e historiografia. Questionando os limites da disciplina de história, a autora empreende uma análise de como, progressivamente, a memória sobre a ditadura e os discursos oficiais moldaram as produções historiográficas no país na década de 1980, assim como, inversamente, os mesmos discursos oficiais têm se alimentado das produções historiográficas e transformações internacionais no campo do estudo das memórias para praticar quebras nas continuidades narrativas relativas ao passado violento argentino. Com apenas

duas contribuições, a mais curta das três partes, reflete apenas em parte a importância dos novos avanços teóricos e metodológicos para o campo de estudo.

“Las luchas por la memoria en América Latina. Historia reciente y violencia política” é uma apurada cartografia da construção de memórias da violência política na América Latina. O livro conta com uma lista vasta de bibliografias e fontes primárias escritas, em sua grande maioria originárias de jornais de grande circulação e documentos oficiais. Apesar de não contar com fontes visuais, a obra integra a seu conteúdo nove fotos representativas que encerram alguns dos capítulos. Uma obra primordial para os estudos comparados sobre as memórias latino-americanas, assim como um manual didático importante para especialistas do campo de Estudos da Memória em outras regiões.